

Estratégias de Minimização de Impactos: Obras Públicas no Patrimônio Arqueológico em Portugal e Brasil

Renata FARIA BARBOSA & Rossano LOPES BASTOS***

*Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
renata.fb@gmail.com

** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/9ºSR
rossanolopes@gmail.com

Abstract

This work make a comparative analyse between two methods of management archaeological heritage in Portugal and Brazil. In Portugal the Highway A23 and in Brazil Highway Carvalho Pinto (SP-070). The Planning and Management Archaeological Heritage, appears in the 60's of XX century with Institutions like ICOMOS in Australia or the creation of Lausanne Charter. The idea of heritage appears in the Modern Époque with the collecting of objects, and the first laws even during the colonial period. One of the most important moments of the definitions of ambient guidelines it is the Diretiva 85/337/CEE, with principals of polluter-payer and the preventive actions of ambient impact. Both case studies have demonstrated that legislations have failures in some points, in Brazil, where the research bound the adventure, without real incentives for the development research. In Portugal where the research doesn't bound the adventure brings difficulty of the execution of good projects, having to resort to the cooperation of institutions and volunteer work of the development of knowledge. But in both cases has been possible to achieve good results when the archaeology team works together with the governmental institution of heritage and with the construction company, respecting the constraints of each one. It is important that the archaeology team have conscience about the necessity of the dead line of the works to not impair the normal evolution of the work, or the conscience of the construction company about the necessity in preservation of archaeological heritage and make same preventive studies, and finally the governmental institution of heritage carry out his role of monitoring and intervene in the right moment, so creating efficient solutions for the problems.

Keywords: Management of Cultural Heritage, Ambient License, Legislation, Strategic Planning, Minimization of Impacts, Cultural Heritage.

Introdução

Procuramos analisar comparativamente as estratégias de gestão do patrimônio arqueológico em Portugal e no Brasil, para isso foram escolhidos dois estudos de caso semelhantes e potencialmente causadores de danos ao patrimônio arqueológico. Em Portugal foi escolhido a Auto-Estrada A23 trecho da IP2 e IP6 SCUT, localizada no Distrito de Santarém, região do Ribatejo e no Brasil a Rodovia

Carvalho Pinto (SP-070) no Estado de São Paulo, região Sudeste.

Este exercício de reflexão foi dividido em cinco partes, primeiramente estabelecendo um quadro sobre as atuais estratégias de gestão do patrimônio cultural, a segunda parte é composta por uma breve seqüência histórica da formação dos conceitos de licenciamento ambiental e dispositivos legais vigentes em cada um dos países. A terceira e quarta parte tem em conta o conhecimento aos estudos de caso acima referidos, com uma breve cronologia de como

foram sendo tratadas as questões pertinentes a proteção do patrimônio arqueológico. Deste estudo foi criado um quadro comparativo onde foram levantadas questões relevantes para o processo e analisadas uma a uma, através dos dispositivos legais existentes e da resposta em cada caso.

Planejamento e Gestão de Sítios Arqueológicos

A gestão de sítios arqueológicos não pode ser entendido através dos mecanismos administrativos, já se sabe desde a década de 1960, por trabalhos elaborados pelo ICOMOS

(International Council on Monuments and Sites), sobre a necessidade de elaboração de planos de gestão integrados, inter e transdisciplinares. O planejamento estratégico nasce na década de 1960 com o intuito de criar mecanismos com uma abordagem prescritiva e normativa.

Sullivan em 1997 (fig. 1) faz um quadro explicativo sobre o processo de planejamento, onde são identificados quatro pontos principais (grupos de interesse, documentação do sítio, avaliação da significância, avaliação do processo) para depois definir o quadro de gestão.

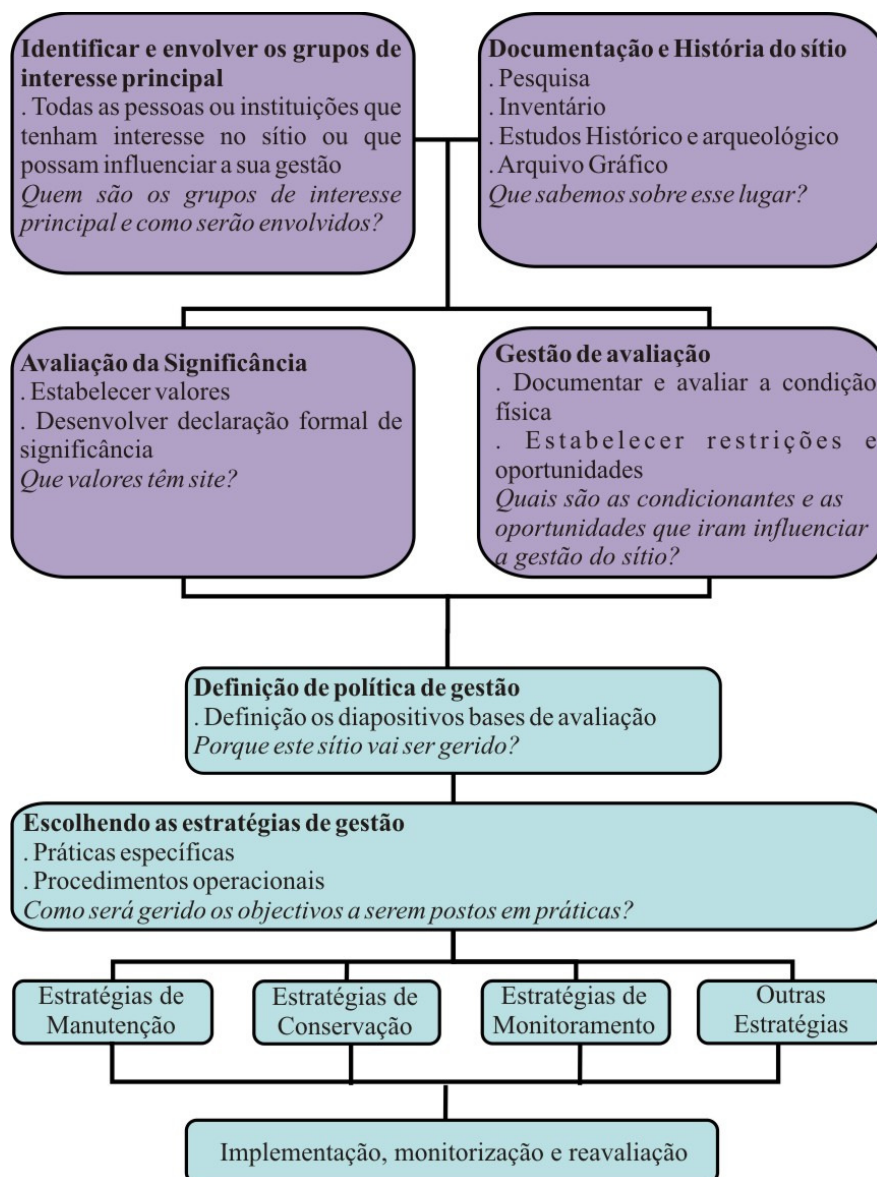


Fig.1. Processo de Planejamento (Sullivan, 1997, p. 17).

Esse processo faz parte de um conjunto de ações desenvolvidas pelo ICOMOS Austrália que posteriormente foi levado a outros países. Seguindo os mesmos passos o HERITAGE LOTTERY FUND em 1998, define um plano para conservação de locais históricos onde o planejamento é a primeira parte para elaboração da proposta de gestão, do plano de conservação e restauro e também para o planejamento local. Esta fundação volta a gestão do patrimônio para atender as necessidades das comunidades locais envolvidas. Da mesma maneira segue DEMAS em 2000, com um processo de planejamento que recolhe informações numa primeira fase, faz uma análise e avaliação dos fatores que influenciam e só depois parte para o processo de tomada de decisões.

O importante em todos esses métodos é que após a criação das estratégias de gestão existe um processo de auto-avaliação e também avaliações externas que permitam a melhoria e adaptação dos mecanismos.

Histórico do Licenciamento Ambiental

A idéia de patrimônio nasce na época moderna como o colecionismo, as primeiras leis relativas a preservação do patrimônio remontam do período colonial, com as Ordenações Manuelinas, Afonsinas e Filipinas. A situação mantém-se até o século XIX, onde surgem dois modelos distintos de preservar o patrimônio, uma vertente anglo-saxônica (John Ruskin) e outra Francesa (Viollet-Le-Duc), esta última domina os países da Europa e posteriormente o Brasil. No período pós guerras as cidades são reconstruídas e o patrimônio histórico sofre com as propostas de modernização.

Junto com o movimento moderno e em meio a governos ditatoriais, surgem propostas de preservação do patrimônio através da criação da identidade nacional nos dois países. Em Portugal e no Brasil os órgãos gestores do patrimônio tem início em 1929 e 1937 respectivamente. Porém a arqueologia só começa a ser mais visível na década de 1980 nos dois casos.

A Diretiva 85/337/CEE vem mudar esse quadro, uma vez que estabelece princípios como poluidor-pagador, e de ações preventivas de impactos ambientais (Tab.1). Princípios fundamentais para o desenvolvimento das diretrizes de preservação. Assim surgem

instrumentos como o AIA (Avaliação de Impacto Ambiental) e EIA (Estudo de Impacto Ambiental).

Em Portugal nasce a Lei de Bases do Patrimônio e no Brasil o que difere é que o patrimônio cultural (arquitetônico, arqueológico, material e imaterial) é assegurado pela Constituição Federal. No Brasil as Portarias que regulamentam os trabalhos arqueológicos conseguiram abranger as deficiências das leis de base para a preservação do patrimônio, como é o caso da Portaria 230.

Período e Fase	Tendências e Inovações
Antes de 1970	Revisão de projetos baseados em estudos econômicos e de engenharia, (pré-EIA) com limitada consideração de conseqüências ambientais.
1970 – 1975	Introdução da AIA, enfocando principalmente a identificação, predição e mitigação de efeitos biofísicos. Oportunidades para participação pública
1975 – 1980	Avaliação ambiental multidimensional, incorporando avaliação dos impactos sociais e análise de riscos. Participação pública forma parte integral. Maior ênfase na justificativa e nas alternativas do projeto.
1980 – 1985	Esforços para ampliar o uso das AIAs de projetos em políticas de planejamento. Desenvolvimento metodológico de ações de monitoramento.
1985 – 1990	Marcos científicos e institucionais da AIA começam a ser repensados sob o paradigma da sustentabilidade. Ampliam-se preocupações com impactos regionais e cumulativos.
1990 -	Introduz-se a avaliação de impacto social na elaboração de políticas, planos e programas.

Tab.1. Principais tendências das avaliações de impacto ambiental; Weitzenfeld H. (1996): Manual básico sobre evaluación del impacto en el ambiente y la salud de acciones proyectadas. México: Opas/OMS, (citado por Ribeiro, 2007, p.763).

Auto-estrada A-23 (IP2 e IP6 SCUT)

Localizada no Alto Ribatejo, faz uma importante ligação rodoviária entre Mouriscas e Castelo Branco como parte do Programa Rodoviário Nacional (Fig. 2). O estudo ambiental foi dividido em duas partes, o primeiro

correspondendo o trecho do IP6 de Mouriscas a Gardete e o segundo, IP2 de Gardete a Castelo Branco. O EIA elaborado para execução da Auto-estrada identificou os impactos positivos sobre a região superiores aos impactos negativos ao meio ambiente e patrimônio. O CEIPHAR (Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo) foi chamado para acompanhar as obras e fazer os levantamentos de arqueologia. Neste momento foi descoberto na IP6 um importante complexo de Arte-Rupestre do Ocreza e o sítio

arqueológico da Ribeira das Boas Eiras. No IP2 foram registrados 57 sítios, sendo 52 etnográficos e 5 arqueológicos e dois elementos arqueológicos classificados, a Foz do Enxarique e o Túmulo de Santo Amaro.

Com os estudos ambientais, foi possível criar investimentos para a área, que acabaram por remodelar o Museu Municipal de Mação e transforma-lo em um Pólo Estratégico do Futuro Parque Arqueológico e Ambiental do Alto Ribatejo.



Fig.2. Auto-Estrada A23, ponte sobre o Rio Tejo, Julho 2009.

Rodovia Carvalho Pinto (SP-070)

A Rodovia SP-070 liga uma importante porção do Estado de São Paulo, seu trajeto corta o Vale do Rio Paraíba do Sul e proporciona o escoamento da produção de uma das regiões mais industrializadas do país (Fig. 3). A região antes da colonização era ricamente ocupada por populações autóctones. Chegou a ser uma área com intensos conflitos entre bandeirantes e indígenas. A empresa Scientia Consultoria foi contratada em 1990 para a execução dos trabalhos de arqueologia. Para isso foram realizadas prospecções intensivas em todo o trajeto da rodovia, onde a equipe de arqueólogos trabalhava à frente das máquinas, a cada 250 metros era aberta uma sondagem, a fim de verificar a existência de vestígios arqueológicos não visíveis em superfície.

Desta maneira foram identificados 7 sítios arqueológicos nos municípios de Jacareí, Caçapava e Taubaté, os sítios apresentam

vestígios de construções em taipa, faiança fina, metal e cerâmica. No sítio Caçapava 01 foi encontrado um conjunto de urnas funerárias, material lítico lascado e polido.



Fig.3. Rodovia Carvalho Pinto, SP-070, Agosto de 2008.

Quadro Comparativo

Para essa análise foram criados oito pontos considerados importantes a serem levantados na pesquisa:

1. Necessidade de Estudo Arqueológico na Base da Criação do Projeto;
2. Relação com a comunidade, grupo de interesse do patrimônio;
3. Pesquisa arqueológica e estudo do material;
4. Responsabilidades do empreendedor;
5. Responsabilidade da equipe de arqueologia;
6. Uso do material arqueológico;
7. Divulgação/ Publicação;
8. Valorização do patrimônio.

Para cada um dos pontos foram estudados os dispositivos legais aplicáveis e as respostas dadas em cada estudo de caso.

Considerações Finais

Os dois casos foram bem sucedidos. Apesar de ainda não existir a Portaria IPHAN 230/02, o estudo realizado na Rodovia Carvalho Pinto conseguiu ter seu material estudado e publicado em formato de livro a ser distribuído pelas instituições interessadas. A educação patrimonial ficou prejudicada, porém minimizada pelas tentativas da equipe de arqueologia em trabalhar com as instituições regionais, assim como a intensa publicidade feita.

O projeto arqueológico desenvolvido na A23, também por esforços da equipe de arqueologia, conseguiu trabalhos muito interessantes. Esse projeto conseguiu arrecadar parcerias para desenvolvimento local através da remodelação do Museu Municipal de Mação. Mesmo não sendo obrigatório na legislação.

Podemos concluir deste trabalho que as duas legislações possuem falhas em alguns pontos, seja na Brasileira, onde a pesquisa fica vinculada a empreendimentos e os incentivos a pesquisa ficam focalizados nas áreas com maior

desenvolvimento. Seja na Portuguesa onde a conservação do material arqueológico é feita através do registro e sem o vínculo entre a pesquisa do espólio e as obrigações do empreendedores, dificultando a execução de bons trabalhos, recorrendo em alguns casos a cooperação de instituições e trabalhos voluntariados para desenvolvimento do conhecimento. Porém os dois casos apontaram caminhos possível para a realização de bons trabalhos, juntamente quando a equipe de arqueologia trabalha em conjunto com as universidades, o órgão gestor, o empreendedor, respeitando os condicionantes impostos por cada um. Seja a equipe de arqueologia compreendendo a necessidade de executar bons trabalhos no prazo aceitável; as universidades dando suporte com as diversas áreas e especialidades; a compreensão por parte do empreendedor da necessidade de conservar o patrimônio arqueológico e de fazer estudos preventivos; ou pelo órgão gestor em cumprir o seu papel de fiscalizar e intervir nos momentos necessários, porém criando soluções eficientes para solucionar os problemas.

Références

- Bastos, R. L. (2006): Arqueologia Pública e Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico Brasileiro. In *Arkeos: perspectivas em diálogo*, nº. 16, p. 111-126.
- Bastos, R. L. (2007): Preservação, Arqueologia e Representações Sociais: Uma Proposta de Arqueologia Social para o Brasil, Erechim RS, Ed. Habilis, 146p.
- BASTOS, Rossano Lopes; BRUNHS, Katianne; TEIXEIRA, Adriana; (2007): A arqueologia na ótica institucional: IPHAN, contrato e sociedade, Erechim, RS: Habilis, p.163
- BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de; GALLO, Haroldo (org) (2005): Normas de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, 9ª Superintendencia Regional IPHAN, São Paulo, SP, 201p.
- CANINAS, João Carlos (1995): Avaliação de Impacto Ambiental e Patrimônio Cultural: alguns aspectos práticos da legislação portuguesa. In: *Al-Madam: Especial Arqueologia Impactes*, IIª série, nº 4, , Outubro de 1995, p.64-66.
- CARDARELLI, Solange Bezerra (2003): Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista, SP-070 Rodovia Carvalho Pinto, DERSA Desenvolvimento Rodoviário S.A., IPARQ Instituto de Pesquisas em Arqueologia, UNISANTOS, Universidade Católica de Santos, São Paulo, Brasil, 244p.

- CARON, Laurent (2003): Arqueologia Clássica e Arqueologia de Emergência em Portugal. In: Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo, Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, Pelotas – 15 a 19 de Setembro de 2003, s/n.
- CASTRO, Sonia Rabello (org) (2006): Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, 320p.
- CENTRO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO DA PRÉ-HISTÓRIA DO ALTO RIBATEJO, (org) (1997): 1º Colóquio de Gestão do Patrimônio Arqueológico: Perspectivas e Diálogos, ARKEOS 1, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, Tomar, Portugal, 150p.
- CHIAVANETO, Idalberto (2004b): Fundamentos do Planejamento. In: Administração nos Novos Tempos, 2ª Edição Revisada e Ampliada, Campus, Elsever, p.191-218
- CHIAVANETO, Idalberto (2004c): Qualidade e Produtividade. In: Administração nos Novos Tempos, 2ª Edição Revisada e Ampliada, Campus, Elsever, p.543-572
- CHOAY, Françoise (2001): A Alegoria do Patrimônio, Unesp, SP, 304p.
- CRUZ, Ana Rosa. OOSTERBEEK, Luiz (1997): A Pré-História Recente do Alto Ribatejo: ponto da situação em Janeiro de 1998. In Arkeos: Perspectivas em diálogos, Quaternário e Pré-História do Alto Ribatejo (Portugal), ARKEOS vol.4, p. 9-24.
- CURY, Isabelle (org) (2004): Cartas Patrimoniais 3ª Edição – Revisada de Aumentada, Rio de Janeiro, IPHAN, 408p.
- DEMAS, Martha (2000): Planing for Conservation and Mangement of Archeological Sites: A Values-Based Approach. In: Management of Archeological Sites, An International Workosop Organizaed by the Getty Conservation Institute and Loyola Mary mount University, May 2000, Corinth Greece
- DIEHL, Astor A. (2002): Cultura Historiográfica – Memória, identidade e representação, Bauru, Editora Universidade do Sagrado Coração, 222p.
- FABIÃO, Carlos (1999a): Um Século de Arqueologia em Portugal - I. In: Al-Madam Arqueologia, Patrimônio e História Local, IIª Série, n.8, Outubro 1999, p.104-126.
- FONSECA, Maria Cecília Londres (2005): O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil, 2ª Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MINC – IPHAN, 296p.
- HERITAGE LOTTERY FUND (1998): Conservation Plan for Historic Places, Heritage Lottery Fund, 10p.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras (2009): A memória pública. In: Os Lugares da Memória http://www.miniweb.com.br/Educadores/Artigos/lugares_memoria.html Janeiro de 2009, 3p.
- JORGE, Virgolino Ferreira (2000): Patrimônio e Identidade Nacional. In: Revista Engenharia Civil, n.9, Universidade de Évora, Évora, Portugal, p.5-12
- LAURENT, Caron (2008): Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos: Requerimento, Instituto Português de Arqueologia, Ministério da Cultura, 2p.
- LAURENT, Caron (2008): Proposta de acompanhamento e minimização de Impacte Patrimonial da empreitada Concepção/ Construção para a Requalificação e Valorização do Jardim das Portas do Sol, em Santarém. Ministério da Cultura, 8p.
- LE GOFF, Jacques (2003): História e Memória, trad. Bernardo Leitão et all, 5ª edição, Campinas, Editora UNICAMP, 544p.
- LEMONS, Carlos; BASTOS, Rossano; SOUZA, Marise Campos de; HUGO, Victor (org), (2009): Patrimônio: 70 anos em São Paulo, 9ª Superintendência Regional IPHAN, São Paulo, SP, 352p.
- LEMONS, Francisco de Sande (1999): Arqueologia Urbana: O Estado da Nação no fim do Século XX. In: Al-Madam Arqueologia, Patrimônio e História Local, IIª Série, n.8, Outubro 1999, p.93-96
- LOPES, Flávio (1996a): Cartas e Convenções Internacionais, Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico: Informar para Proteger, Ministério da Cultura, Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, Lisboa, 111p.
- LOPES, Flávio (1996b): Legislação Nacional, Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico: Informar para Proteger, Ministério da Cultura, Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, Lisboa, 100p.
- MARTINS, Ana Cristina (2003): Patrimônio Histórico-Cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 1ª Parte. In Patrimônio Estudos: Salvaguarda, Memória e Intervenção, Instituto Português do Patrimônio Arquitectónico, n.5, p.33-50.
- MARTINS, Ana Cristina (2004): Patrimônio Histórico-Cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 2ª e última parte. In Patrimônio Estudos: Salvaguarda, Memória e Intervenção, Instituto Português do Patrimônio Arquitectónico, n.6, p. 109-125.
- MORAIS, José Luis de (2005): A Arqueologia preventiva como arqueologia: O Enfoque Acadêmico-Institucional a arqueologia no Licenciamento Ambiental. In: Revista de Arqueologia do IPHAN, vol. 2 11ª Superintendência Regional, Santa Catarina, Brasil, p.98-133.
- MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo

- (2006): Patrimônio: atualizando o debate Revista do IPHAN, 9ª Superintendência Regional IPHAN/SP. 240p.
- NETO, Maria João Baptista (2001): Memória, Propaganda e Poder: O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960). FAUP Publicações, Ministério da Cultura, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 362p.
- NETTO, Carlos Xavier de Azevedo (2008): Informação e patrimônio arqueológico: formação de memórias e construção de identidades, IX ENANCIB, Diversidade Cultural e Políticas de Informação, São Paulo, SP, s/n.
- OOSTERBEEK, Luiz (1999): Patrimônio Cultural e Estudos de Impacto Ambiental – Proteger o que? in: Actas do 1º Encontro de Estradas e Patrimônio p.55-58.
- OOSTERBEEK, Luiz (2002a): Curso de Formação ValTejo, Contributos para a Caracterização e desenvolvimento da região. In: Área Domeniu Vol.2, CEIPHAR, Tomar, 279p.
- OOSTERBEEK, Luiz (2004): Arqueologia Pré-Histórica: entre a Cultura Material e o Patrimônio Intangível. In LEPARQ, s/n.
- OOSTERBEEK, Luiz (2007a): Arqueologia Patrimônio e Gestão do Território: Polémicas, Editora Habilis, 199p.
- OOSTERBEEK, Luiz (2007b): Introdução à Pré-História do Alto Ribatejo, Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, 13p.
- OOSTERBEEK, Luiz (2008): Gestão da Arqueologia: mudar o paradigma. In: Paxis Arqueológica, Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia, nº3, p.139-144.
- OOSTERBEEK, Luiz. CRUZ, Ana Rosa. ROSINA, Pierluigi. FIGUEIREDO, Alexandra. GRIMALDI, Stefano (2003): Tempo e Territórios e Mobilidade e Povoamento no Alto Ribatejo (Portugal) – 1998-2001 *Síntese Global dos Trabalhos Realizados*, Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, 41p.
- ORDENAÇÕES DO SENHOR REY DOM AFFONSO V (1446): Ordenações Afonsinas, Texto fac-simile das Ordenações Afonsinas, Instituto de História das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra. <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas>, Agosto de 2008.
- ORDENAÇÕES DO SENHOR REY DOM FILIPE II (1603): Ordenações Filipinas, Vol. 1 à 5, Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870, texto fac-simile das Ordenações Filipinas, Instituto de História das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra. <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>, Agosto de 2008.
- ORDENAÇÕES DO SENHOR REY DOM MANUEL I (1521): Ordenações Manuelinas, Texto fac-simile das Ordenações Afonsinas, Instituto de História das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra. <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/ordemanu.htm>, Agosto de 2008.
- PEIXER, Elisabete Tamanini; ZILMA, Isabel (2007): Água mole em pedra dura tanto bate até que fura: educação popular e herança cultural no séc. XXI. In: Revista Arqueologia Publica nº2, São Paulo, p.23-32.
- PEREIRA, João Paulo; MARTINS, Ivone Pereira (1995): Estudos de Impacte Ambiental: a vertente arqueológica. In: Al-Madam Arqueologia, Patrimônio e História Local, IIª Série, n.4, Outubro 1995, p.87-93.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1981): Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de Fevereiro de 1981, Presidência da República, Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm, Fevereiro de 2009.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de (1980): Notas Contemporâneas, Livraria Lello & Irmão, 411p.
- RAPOSO, Luís (1995): Avaliação de Impacte Ambiental e Patrimônio Cultural. In: Al-Madam Arqueologia, Patrimônio e História Local, IIª Série, n.4, Outubro 1995, p.60-86.
- RAPOSO, Luís (1999a): Associação dos Arqueólogos Portugueses: a herança de Possidónio. In: Al-Madam Arqueologia, Patrimônio e História Local, IIª Série, n.8, Outubro 1999, p.157-160.
- RAPOSO, Luís (1999b): Arqueologia e Museus em Portugal. In: Al-Madam Arqueologia, Patrimônio e História Local, IIª Série, n.8, Outubro 1999, p.169-176.
- RIBEIRO, Helena (2007): Estudo de Impacto Ambiental como Instrumento de Planeamento. In Curso de Gestão Ambiental, Editores Arlindo Philippi Jr, Marcelo de Andrade Roméro, Gilda Collet Bruna, USP, p.759-790.
- SILVA, António Carlos (1995): Arqueologia Preventiva e de Salvamento: a ponta do icebergue. In: Al-Madam Arqueologia, Patrimônio e História Local, IIª Série, n.4, Outubro 1995, p.101-108.
- SILVA, António Manuel S. P. (1995): Impacte Ambiental e Arqueologia: um estudo indispensável. In: Al-Madam Arqueologia, Patrimônio e História Local, IIª Série, n.4, Outubro 1995, p.94-96.
- SOARES, Inês Virgínia Prado (2007): Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil: Fundamentos para a Efetividade da Tutela em Face de Obras e Atividades Impactantes, Editora Habilis, SAB, 228p.
- SULLIVAN, Sharon (1997): A Planning Model for the Management of Archeological Sites. In: The Conservation of Archeological Sites in the Mediterranean RegionI, An International Conference Organizad by the Getty Conservation

- Institute and the J. Paul Getty Museum, Edited by Marta de la Torre, p.15-26.
- THEODORO, Suzi; CORDEIRO, Pamora M. Cordeiro, BEKE, Zeke (2004): Gestão Ambiental: Uma Prática para Mediar Conflitos Socioambientais. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2, São Paulo, 26-29 Maio. Centro de Desenvolvimento Sustentável/Universidade de Brasília, 17p.
- UNESCO-ICOMOS (1990): Carta sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, Documentation Center, Preparada pelo International Committee for the Management of Archqeologic Heritage (ICAHM) e aprovada pela 9.ª Assembleia Geral de Lausanne, em 1990, Tradução por António de Borja Araújo, Engenheiro Civil IST, Dezembro de 2006, 6p..